



AL07452

Malta Campos acha que o ordenamento ajuda a poupar combustível

Técnico defende racionalização no uso do solo

“Mais da metade dos espaços urbanos das cidades brasileiras está ociosa, à espera de valorização imobiliária. É preciso racionalizar o uso do solo para eliminar os enormes desperdícios que ocorrem, tais como aumento no consumo de combustíveis e as longas distâncias que a população enfrenta, diariamente, deteriorando a qualidade de vida”.

A declaração é do especialista em planejamento urbano, Cândido Malta Campos, que esteve, ontem, em Vitória para uma palestra sobre a lei do uso do solo urbano — encaminhada pelo presidente da República ao Congresso Nacional —, no Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo.

No entender de Malta Campos, a lei não tem nada de socializante — como vem sendo considerada por alguns políticos e técnicos — e vai apenas viabilizar uma nova etapa do sistema capitalista brasileiro. “O sistema está passando de uma fase de capitalismo subdesenvolvido e selvagem para um modelo mais civilizado”, acrescentou.

E, para que isso seja possível, conforme o urbanista, será necessária a racionalização do uso do espaço urbano, além de uma liberação de capital hoje aplicado em terrenos vazios das grandes cidades brasileiras, a fim de que, assim, ocorra uma capitalização para investimentos produtivos.

O brasileiro que faz poupança tem como alternativa, além de aplicações em ações da bolsa, cadernetas de poupança, open-market e moedas fortes, como o dólar, os terrenos urbanos. Segundo Malta Campos, há uma grande preferência por esse último item.

“E aí é que está o problema: é tão gigantesco o volume de poupadores aplicando em áreas urbanas que mais da metade dos espaços existentes no país encontra-se ociosa. Isso provoca uma distorção no mercado imobiliário e um grande desperdício, sobretudo para o poder público”, comentou o especialista.

Ele, que é ex-secretário de Planejamento da Prefeitura de São Paulo, contou que o gasto anual de gasolina e óleo diesel naquela cidade é equivalente ao valor de investimentos feitos pela municipalidade durante 12 meses.

Analisando de forma generalizada o projeto de lei enviado ao Congresso Nacional, o especialista em planejamento urbano considerou-o “ótimo”, uma vez que está desprovido de alguns dispositivos importantes para sua aplicação, na prática.

Ele cita, como exemplo, a retirada do instrumento denominado “solo criado”, que, na realidade, seria a forma prática de cobrar a contribuição de melhorias nas áreas ociosas. “Esse dispositivo consta na nossa legislação desde 1934. Mas sua aplicação está impedida por um outro dispositivo legal, datado de 1962.

Quando à aprovação ou não do projeto de lei, o professor Cândido Malta Campos disse que, no momento, é difícil fazer uma previsão. “Aqueles que defendem concepções arcaicas, do capitalismo atrasado, são contra. Os que querem um capitalismo avançado estão a favor. A população, em geral, tem uma grande simpatia”.

Com relação aos integrantes do Congresso, Cândido Malta sustenta que a expectativa é maior ainda. “Houve uma renovação” — disse ele —, “e tanto há políticos situacionistas quanto opositonistas que podem votar a favor do projeto. Eu prefiro acreditar na aprovação do projeto”, concluiu.

tral